

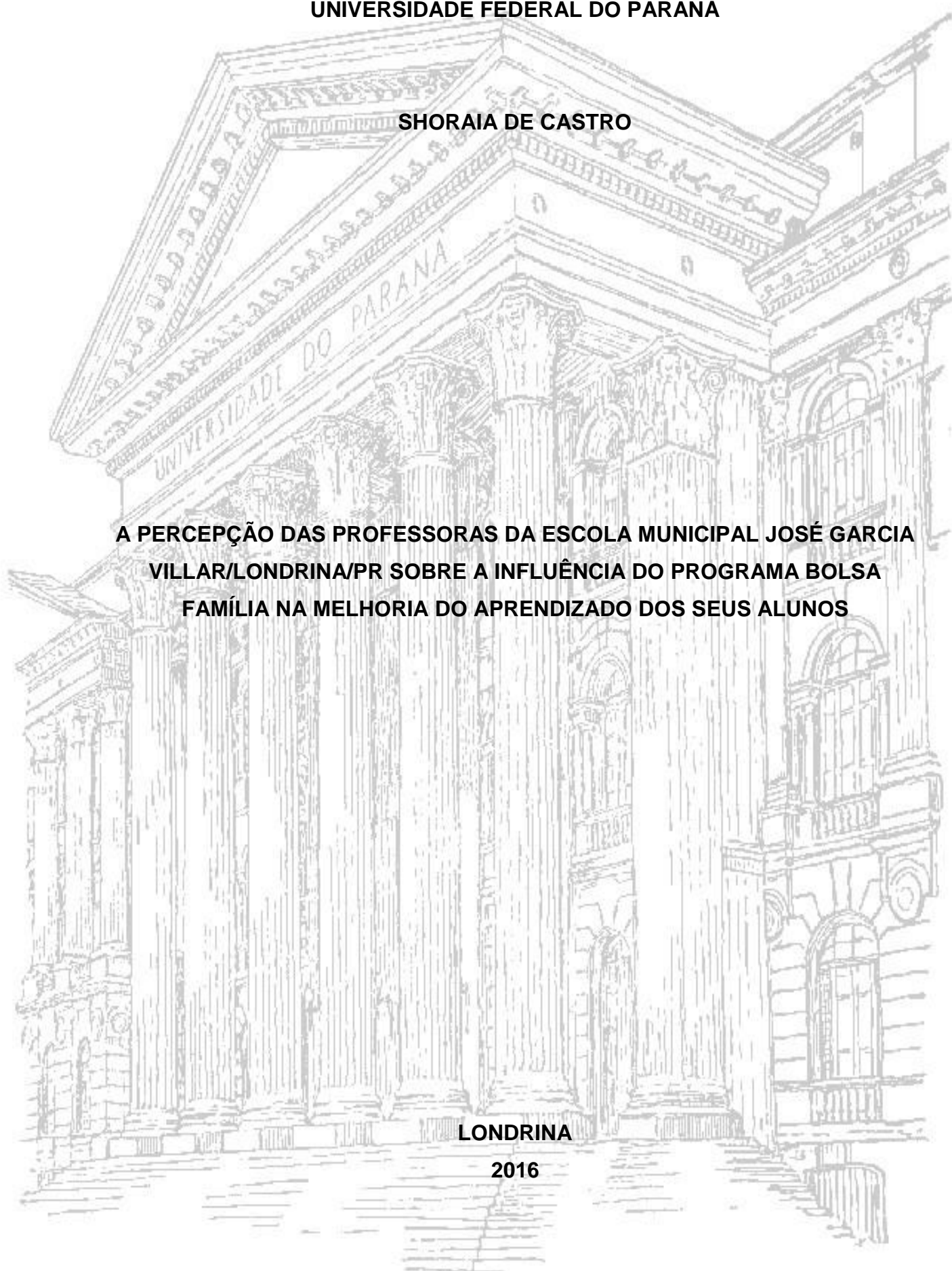
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SHORAIA DE CASTRO

**A PERCEPÇÃO DAS PROFESSORAS DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ GARCIA
VILLAR/LONDRINA/PR SOBRE A INFLUÊNCIA DO PROGRAMA BOLSA
FAMÍLIA NA MELHORIA DO APRENDIZADO DOS SEUS ALUNOS**

LONDRINA

2016



SHORAIA DE CASTRO

**A PERCEPÇÃO DAS PROFESSORAS DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ GARCIA
VILLAR/LONDRINA/PR SOBRE A INFLUÊNCIA DO PROGRAMA BOLSA
FAMÍLIA NA MELHORIA DO APRENDIZADO DOS SEUS ALUNOS**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Márcia Andreia Grochoska

LONDRINA

2016

A PERCEPÇÃO DAS PROFESSORAS DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ GARCIA VILLAR/LONDRINA/PR SOBRE A INFLUÊNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA MELHORIA DO APRENDIZADO DOS SEUS ALUNOS

Shoraia de Castro

RESUMO

Este Artigo compreende a análise dos dados quantitativos e qualitativos que foram coletados nas respostas do questionário aplicado para as professoras de salas de aula da Escola José Garcia Villar, visando detectar qual seria a percepção que possuem sobre a possível melhora de aprendizado nos estudos dos seus alunos, por conta do benefício do Programa do governo brasileiro denominado Bolsa Família, posto que foi detectado questionamento dos protagonistas que compõem o quadro próprio do magistério nessa unidade escolar, sobre os reais efeitos do Programa Bolsa Família na melhoria do aprendizado dos seus alunos. Perceberemos que as professoras da Escola José Garcia Villar não deixam de valorizar a importância do Programa Bolsa Família no sentido de provocar a diminuição da evasão escolar e possivelmente melhorar o processo de ensino aprendizagem na escola José Garcia Villar, mas que tal Programa do governo, por si só, não provoca a melhora do aprendizado dos seus alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Bolsa Família, aprendizado, percepções das professoras, cotidiano escolar.

Skank - Esmola

Uma esmola pelo amor de Deus / Uma esmola, meu, por caridade
 Uma esmola pro ceguinho, pro menino / Em toda esquina, tem gente só pedindo
 Uma esmola pro desempregado / Uma esmolinha pro preto pobre doente
 Uma esmola pro que resta do Brasil / Pro mendigo, pro indigente
 Ele pede, eu que dou, ele só pede / O ano é mil, novecentos e noventa e tal
 Eu tô cansado, meu bom, de dar esmola / Essa quota miserável da avareza
 Se o país não for pra cada um / Pode estar certo
 Não vai ser pra nenhum / Não vai não, não vai não, não vai não, não vai não
 Não vai não, não vai não, não vai não / No hospital, no restaurante,
 No sinal, no Morumbi / No Mário Filho, no Mineirão
 Menino me vê, já começa a pedir / Me dá, me dá, me dá um dinheiro aí
 Mas menino me vê, já começa a pedir / Me dá, me dá, me dá um dinheiro aí [...]
 (ROSA, AMARAL, 2001)

1 INTRODUÇÃO

A letra da canção fala da pobreza cotidiana que existe no Brasil. A “quota miserável de avareza” é a expressão da enorme desigualdade social no país, que privilegia as classes sociais ricas em detrimento de outros segmentos sociais relegados à situação de extrema miséria.

A desigualdade social, fruto da exploração capitalista e da corrupção governamental, expõe a fragilidade da cidadania e provoca a privação de capacidades de uma grande parcela da população brasileira.

O Bolsa Escola federal foi implementado em 2001, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Chegou a beneficiar mais de 5,5 milhões de famílias em um total de 45 milhões de pessoas em todo o Brasil, quando em 2003, foi incorporado ao Programa Bolsa Família pelo presidente Lula (ASSISTENCIALISMO E CONTRAPARTIDAS, 2014).

O Programa Bolsa Família atende às famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza. Foi utilizado um limite de renda para definir esses dois patamares. Assim, podem fazer parte do Programa todas as famílias com renda por pessoa de até R\$ 77 mensais e famílias com renda por pessoa entre R\$ 77,01 e R\$ 154 mensais, desde que tenham, em sua composição crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos.

O Bolsa Família vem despertando na população em geral, e principalmente entre os envolvidos com a educação, calorosas discussões, elogios e muitas críticas.

Como responsável pelo acompanhamento da frequência escolar das crianças e adolescentes beneficiários do Programa Bolsa Família na Escola Municipal José Garcia Villar, surgiu o interesse por saber qual a percepção das professoras dessa Escola, sobre a influência do Programa Bolsa Família na melhoria do aprendizado dos seus alunos.

Qual seria a importância efetiva do Programa Bolsa Família na melhoria do aprendizado dos alunos da Escola Municipal José Garcia Villar, na percepção das professoras?

Entender o Programa Bolsa Família como benefício educacional, compreender suas condicionalidades e encontrar possíveis razões e motivos que possibilitam a melhoria do aprendizado dos alunos será de muita relevância para justificar sua existência, exigir sua manutenção e/ou propor alterações no Programa e pensar estratégias de transformação da prática didática, administrativa e governamental.

2 POBREZA E CIDADANIA

Debater a Cidadania é importante para que o exercício dos direitos e deveres civis, políticos e sociais, estabelecidos na Constituição Brasileira, sejam vivenciados pelo cidadão ou cidadã, indivíduos que vivem de acordo com um conjunto de estatutos pertencentes a uma comunidade politicamente e socialmente articulada, implicando que os direitos e deveres sejam interligados, e o respeito e cumprimento de ambos contribuam para uma sociedade mais equilibrada e justa.

Segundo Camargo (2015), o conceito de cidadania como conhecemos hoje, insere-se no contexto do surgimento da Modernidade e da estruturação do Estado/Nação e se estabelece num estatuto de pertencimento de um indivíduo a uma comunidade politicamente articulada. A esse cidadão é atribuído um conjunto de direitos e obrigações, sob vigência de uma constituição de um país, no nosso caso a Constituição Brasileira. A cidadania sempre pressupõe o princípio igualitário, onde todas as pessoas são iguais em direitos civis, políticos e sociais.

Embora influenciada por concepções antigas, a cidadania moderna possui um caráter próprio e possui duas categorias: formal e substantiva. A cidadania formal é o indicativo de nacionalidade, de pertencimento a um Estado, por exemplo, uma

pessoa portadora da cidadania brasileira. A cidadania substantiva é definida como a posse de direitos civis, políticos e sociais. A forma de cidadania real e cotidiana, onde o direito principal do indivíduo se estabelece: o direito à vida.

Marshall (1967) descreve que na cidadania deve haver a extensão dos direitos civis, políticos e sociais para toda a população de uma nação e afirma que a cidadania só é plena se dotada de todos os três tipos de direito: Civil, Político e Social.

A Cidadania, portanto só é completa quando o indivíduo conhece e exerce efetivamente os três direitos: Civil, Política e Social. Conforme Bobbio (2002):

A expansão da democracia atualmente consiste na passagem da democracia da esfera política para a esfera social, onde cada indivíduo é considerado não somente cidadão, mas também pai ou filho, empregado ou empregador, professor ou aluno, etc. Assim, a democracia não se refere só à ordem do poder público do Estado, mas deve existir em todas as relações sociais, econômicas, políticas e culturais. Começa na relação interindividual, passa pela família, a escola e culmina no Estado. Uma sociedade democrática é aquela que vai conseguindo democratizar todas as suas instituições e práticas. (BOBBIO, 2002, P. 31).

Civil seriam os direitos inerentes à liberdade individual, liberdade de expressão e de pensamento; direito de propriedade e de conclusão de contrato e direito à justiça, instituída no século 18.

Política é o direito de participação no exercício do poder político, como eleito ou eleitor, no conjunto das instituições de autoridade pública, constituída no século XIX.

Social é conjunto de direitos relativos ao bem-estar econômico e social, desde a segurança até ao direito de partilhar do nível de vida, segundo os padrões prevalecentes na sociedade, conquistas do século XX.

O homem só é efetivamente cidadão se pode efetivamente usufruir os bens materiais necessários para a sustentação de sua existência física, dos bens simbólicos necessários para a sustentação de sua existência subjetiva e dos bens políticos (SEVERINO, 1994 p. 99).

A relação da pobreza com a ausência da cidadania no Brasil é evidente, uma vez que se todos os cidadãos formais brasileiros tivessem garantido a sua cidadania substantiva e, por conseguinte, tivessem os seus direitos civis, políticos e sociais

cumpridos efetivamente, não teríamos o contingente de milhões de brasileiros na situação de pobreza e ou extrema pobreza no Brasil.

[...] a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas, em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de indefinição de pobreza. Na perspectiva da pobreza, como privação de capacidades, não se envolve nenhuma negação da idéia correta de que a baixa renda é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser razão primordial da privação da capacidade de uma pessoa (SEN, 2000, p.109).

Para conceber a existência da pobreza dentro do nosso sistema de governo, dito Democrático, que atende as necessidades do sistema neoliberal, é necessário entender que seu conceito, bem como o de cidadania está aquém da justiça social e faz parte das políticas brasileiras de reprodução da pobreza, sendo complexas e multifacetadas, envolvendo etnias, teorias, cores, práticas, gênero, preconceitos, etc.

De acordo com Camargo (2012), mesmo com as conquistas democráticas dos direitos após o fim do regime militar no Brasil (1964-1985), a cidadania está muito distante de muitos brasileiros, pois a conquista dos direitos políticos, sociais e civis não consegue ocultar o drama de milhões de pessoas em situação de miséria, altos índices de desemprego, da taxa significativa de analfabetos e semianalfabetos, etc.

O exercício da Democracia e a existência da cidadania requerem o respeito da dignidade humana e, com 8,5% de sua população brasileira em 2011, segundo o IBGE, recebendo uma renda per capita abaixo de R\$ 70,00, ou seja, em situação de extrema pobreza, não se pode falar que no Brasil existe igualdade social, nem que possui dignidade humana, e muito menos justiça social. Nem os direitos básicos ainda não são efetivamente exercidos pelos brasileiros.

Nesse sentido, Salama e Destremau (2001) apontam que o próprio governo gerencia as principais instituições vinculadas à produção da pobreza, como poder judiciário, as instituições econômicas e as instituições de bem-estar social, todas instrumentalizadas pelo direito, verdadeiros controles democráticos.

Como descreve Nussbaum e Sen (2004, pag. 283), a educação escolar como processo educativo emancipatório, pode apresentar-se como o principal instrumento para que o indivíduo consiga sair do círculo vicioso, representado pela

pobreza e pela falta de instrução, desenvolvendo capacidades. (NUSSBAUM e SEN apud REGO e PINZANE, 2013).

Mas também as instituições educacionais podem se apresentar como produtoras da pobreza, quando formam preconceitos, praticam a violência simbólica, não fornecem a instrução necessária e nem desenvolvem as capacidades, como deveriam, aos pobres que frequentam as escolas públicas.

A falta de instrução que mantém a exclusão econômica leva a exclusão social e política, deixando sem voz, sem organização e sem ação os pobres, que ficam à margem da sociedade, inertes, sustentando a elite do país, sem condições reais para o enfrentamento da pobreza. Sem autonomia econômica não se tem liberdade real e não se desenvolve capacidades, inclusive capacidade moral e habilidades em potencial, reproduzindo-se assim constantemente a pobreza e desigualdade (GALVÃO, 2005).

Moretti (1999) coloca que a escola, além de dedicar-se a ensinar os saberes científicos e a habilitar pessoas para a vida profissional, deve também ter um objetivo maior, o de preparar os indivíduos para o exercício de seus direitos humanos, de cidadão, ou seja, dos direitos civis, sociais e políticos.

Cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deverá estar em condições de aproveitar as oportunidades educacionais oferecidas para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.

Estas necessidades abarcam tanto as ferramentas essenciais para a aprendizagem (como literatura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas) como os conteúdos básicos da aprendizagem (conhecimentos teóricos e práticos valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas capacidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de sua vida, tomar decisões fundamentais e continuar aprendendo.

A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem varia de país a país em sua cultura e muda inevitavelmente com o transcurso do tempo (WCEA, 1990, p.157 apud FRIGOTTO e CIAVATTA, 2003, p. 98).

Em seu trabalho de 1906, intitulado de *O Pobre*, Georg Simmel apontava o fato de os pobres somente serem reconhecidos pelo Estado na condição de assistidos e nunca como sujeitos dotados de vontade própria. Para Simmel, na

maioria das vezes, as pessoas da classe menos favorecida não são ouvidas e nem respeitadas, não sendo aplicado às mesmas, o “direito ao respeito”, como um direito civil de cidadania (SIMMEL apud REGO; PINZANE, 2013).

Como afirma Ribeiro (2014), a educação escolar é a ferramenta que gera a cidadania. Sem dúvida a educação é capaz de mudar destinos cruéis. A educação é o que realmente torna uma nação desenvolvida, mas como argumenta Paulo Freire (2001), não se pode exigir que a educação seja a grande responsável por tudo aquilo que as políticas públicas não fizeram: gerar condições de desenvolvimento pessoal pleno e em todos os sentidos. Desta forma, Freire concorda com Arroyo, Buffa e Nosella (1996), que defendem que, “[...] não será brincando de democracia na escola que o cidadão aprenderá a construir a democracia”.

Na Constituição Federal de 1988, no Artigo 205, a educação é colocada como direito de todos e dever do Estado e da família. Devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

De acordo com Reboul (1984), “se a educação não pode tudo, só ela pode ir contra a raiz da desigualdade, que é a diferença de instrução”. Sendo assim, a educação como um direito estabelecido pela Constituição do Brasil deveria dar aos indivíduos o entendimento e as capacidades suficientes para que, junto às esferas competentes, exigissem seus direitos.

2.1 OS PROGRAMAS SOCIAIS COMO INSTRUMENTOS PARA EFETIVAÇÃO DA CIDADANIA, ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO.

Os Programas Sociais de Transferência de renda devem ser debatidos constantemente pela sociedade brasileira, para que sua existência alcance realmente o objetivo proposto que é minimizar a fome e a pobreza dos que realmente precisam.

O Bolsa Família, que é acusado de ser assistencialista por não oferecer perspectivas reais de um emprego e a independência gradativa do benefício, é hoje também reconhecido por reduzir a pobreza, a desigualdade e a fome; aumentar a frequência escolar e ajudar a emancipar as mulheres, por serem 94% dos beneficiários.

Para combater a pobreza, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, foram criados programas de transferência de renda direta com condicionalidades: Bolsa Escola (Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001); Cadastramento Único do Governo Federal (Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001); Bolsa Alimentação (Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001); Programa Auxílio-Gás, implementado pelo Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002 (SILVEIRA e SIQUEIRA, 2014, p.5).

O governo Lula criou o Programa Fome Zero (Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003) e unificou, juntamente com os demais programas criados anteriores, através da Medida Provisória 132, de 20 de outubro de 2003. Convertida em Lei Federal n. 10.836, em 09 de janeiro de 2004, como Programa Bolsa Família (PBF) e a ele foram ainda incluídos o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) e o Agente Jovem (BRASIL, 2003).

O Programa Bolsa Família tem como pretensão combater a fome, a pobreza e outras formas de privação das famílias; promover a segurança alimentar e nutricional e o acesso à rede de serviços públicos de saúde, educação e assistência social.

Segundo Weissheimer (2010, p.11), a conquista do primeiro degrau dos direitos fundamentais, o direito à alimentação adequada, é o mínimo necessário para construir o direito à vida, à dignidade humana, o acesso aos direitos e aos deveres de nacionalidade e da cidadania.

No Brasil, o Ministério do Desenvolvimento Social é o responsável por selecionar as famílias beneficiárias, em situação de extrema pobreza, com renda per capita de até 70 reais por mês; aquelas que são consideradas pobres, renda per capita entre 70,01 reais e 140 reais por mês; e as que são pobres ou extremamente pobres e tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos, sendo nesses últimos casos um valor maior do que o fornecido às famílias sem crianças, adolescentes ou gestantes. (BRASIL, 2010).

As prefeituras municipais são responsáveis por cadastrar, digitar, transmitir, manter e atualizar a base de dados, acompanhar as condições do benefício, articular e promover as ações complementares destinadas ao desenvolvimento autônomo das famílias pobres do município.

Na área de saúde, as famílias devem acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento médico. Quando gestantes ou lactantes devem realizar o pré-natal e o acompanhamento de sua saúde e do bebê.

No que diz respeito à educação, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar matriculados e ter frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter, no mínimo, 75% de frequência escolar.

Na área de assistência social, crianças e adolescentes com até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal. (BRASIL, 2010).

No caso de os beneficiários não cumprirem as exigências, o repasse da verba do Programa Bolsa Família é cessado. Cumprir com as condicionalidades é obrigatório para que a família continue recebendo a transferência de renda. O Ministério de Desenvolvimento Social justifica as condicionalidades do PBF na cartilha que distribuí para os seus beneficiários:

[...] esses compromissos devem ser vistos ao mesmo tempo como direitos e deveres: Direitos: o acesso aos serviços de saúde e educação está garantido pela Constituição Federal; Deveres: para receberem o benefício mensal, as famílias devem atender a todas as condicionalidades, garantindo assim escola para crianças e jovens e saúde para todos os membros da família (BRASIL,MDS, 2010).

As condicionalidades para o repasse do Programa Bolsa Família são consideradas parâmetros mínimos de acesso aos direitos para as famílias beneficiárias, seu cumprimento seria, na concepção do PBF, um elemento que contribuiria para o sucesso na superação da condição de pobreza ou extrema pobreza das famílias beneficiárias.

No Paraná, de acordo com as análises da pesquisa realizada pelo DATAUFF (Núcleo de Pesquisas Sociais Aplicadas, Informação de Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense), visando perceber como vem se orquestrando o entendimento dos atores que compõem o cotidiano escolar acerca dos efeitos do

Programa Bolsa Família (PBF) no ensino público no Brasil contemporâneo, o efeito do PBF na educação é negativo (BRANDÃO, PEREIRA E DALT, 2013).

Os entrevistados paranaenses pelo DATAUFF argumentaram, segundo a pesquisa, de forma direta, que este programa não traz nenhum impacto à educação de suas escolas. Isto porque o desenho do Programa não ensejaria uma “cobrança” adequada e mais voltada para o aproveitamento escolar do aluno, ou porque em suas escolas poucos alunos estão inseridos no Programa (BRANDÃO, PEREIRA E DALT, 2013).

Na medida em que o Programa Bolsa Família se propõe a não apenas efetuar a transferência imediata de renda, mas também a interferir nas condições familiares para melhorar as condições de vida entre as gerações, cabe discutir, paralelamente, de que modo os indicadores de capital social da família podem impactar em uma melhoria nas condições educacionais das crianças. A maneira como se constituem as relações sociais dentro e fora do ambiente familiar terá um importante papel na construção de capital humano dos indivíduos.

Nesta perspectiva, segundo a pesquisa de Brandão, Pereira e Dalt (2013), o que é considerado desfavorável é a exigência da condicionalidade do Programa, no que concerne à Educação estar restrita apenas à presença do aluno o que, segundo os entrevistados, não conduz ao desejo/interesse em estudar. Antes, consideram que são estes alunos, cujas famílias encontram-se inscritas no PBF, que geram “problemas” na escola.

Os programas de transferência de renda são considerados alternativas imediatistas de governo para erradicar a pobreza e amenizar situações de famílias ou indivíduos mais carentes da população que estão vivenciando condições de extrema necessidade, independente dos motivos da pobreza e, por si só, segundo Lidiane Rocha Abreu (s/d), certo é que a simples transferência de renda a essa população não garante o desenvolvimento da região e a independência dos seus beneficiários.

O Programa Bolsa Família beneficia mais de 12.000.00 famílias brasileiras classificadas pobres ou extremamente pobres e, por isso é considerado, na atualidade, como o maior Programa de transferência de renda existente no mundo. No entanto sabemos que a simples transferência de renda à população pobre não

garante a independência dos seus beneficiários, a igualdade social e nem o desenvolvimento do Brasil.

Segundo Abreu (s/d), para tanto, seria necessário que a referida transferência de renda fosse praticada simultaneamente com outros programas tais como, políticas nas áreas de saúde, saneamento básico, educação, e outras, sempre ligadas diretamente às condições de vida da população, ao desenvolvimento auto sustentado, à independência financeira e à dignidade dos indivíduos.

Por anos e anos, suas necessidades, além daquelas materiais, foram esquecidas pela sociedade, e até eles se esqueceram de que as tinham. Hoje, um programa que se volta para o resgate dessas necessidades, ou seja, do desenvolvimento de capacidades, de habilidades, de auto-estima, atua preponderantemente, na valorização da pessoa enquanto sujeito de direitos, cidadão visível à sociedade que deve ter assegurado padrões inclusivos para uma vida digna. (STECHI, 2015, p.107).

Simmel, na sua obra *Filosofia do Dinheiro* (1977), acaba por defender o repasse de verba para os necessitados, através de políticas públicas. Para ele, os seres humanos como indivíduos munidos da forma universal da riqueza (que se revestiu da forma dinheiro), individualizam-se, transformam-se em seres que interagem (na forma da troca monetária de bens e serviços) como “iguais e livres”.

2.2 EDUCAÇÃO E DESIGUALDADE SOCIAL

Uma das mais perversas características da sociedade brasileira na atualidade é a desigualdade de renda que se apresenta na desigualdade social.

Segundo o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica aplicada), o Brasil já ostentou, em 2005, o posto de segundo país com a pior distribuição de renda do mundo. Em 2010, 45,2% dos brasileiros eram donos de apenas 10% da renda do país, enquanto 5,9% dos brasileiros ficavam com 40% da renda.

Esses números traduzem bem a grande desigualdade social do país. Nos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/2011) o Brasil diminuiu o índice de pobreza e se apresentou entre os dez países com o PIB (Produto Interno Bruto) mais alto, mas continuou com índice de desigualdade muito alto, ocupando o posto de oitavo país com maior índice de desigualdade social e econômica do mundo.

Segundo o IBGE (2016), a desigualdade social na região sudeste do Brasil voltou a crescer em 2014, dando início ao aumento generalizado das outras regiões em 2015 e 2016. O Paraná tem mostrado avanços superiores à média brasileira na redução da desigualdade social, conseguindo, entre 1992 e 2013, reduzir em quase 15% o coeficiente que mede a desigualdade de renda: Gini - fórmula mundial utilizada para medir a desigualdade.

Apesar de que os dados calculados com informações de 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrarem o índice de Gini do Paraná ter passado de 0,500, em 2008, para 0,469 em 2013, o menor nível da sua história, o estado ainda enfrenta o grave problema da desigualdade social.

Quando pensamos nas desigualdades sociais de nosso país, estado e cidade é mais do que certo que definamos a educação como a solucionadora ou, pelo menos, a minimizadora de tal situação. A Educação Brasileira procura se ajustar às novas tendências educacionais no sentido de diminuir e erradicar o enorme abismo social que população enfrenta. De acordo com Demo (2002):

Para que a população compreenda, finalmente, que a exclusão política e econômica das maiorias é injusta, historicamente produzida e mantida, precisamos de uma escola pública que lhe mostre isto criticamente e instrumente-a adequadamente para a luta histórica. (DEMO, 2002, p.114).

Dependendo das condições sociais em que vive, pode se tornar impossível para um indivíduo acompanhar o ritmo escolar. Vários estudos científicos comprovam que a alimentação, o ambiente domiciliar, a participação da família, entre outros, são fatores determinantes na vida de um estudante. Quando esses fatores são debilitados pela condição social da família o resultado é percebido nas salas de aulas onde as dificuldades aparecem e persistem.

Segundo Silva (1998), para o sociólogo Florestan Fernandes, a transformação da Educação vai depender de uma transformação global e profunda da sociedade. “Democratizar o ensino” para ele é universalizar as oportunidades educacionais, é a transformação das técnicas e dos métodos pedagógicos, é a interação aberta e construtiva da escola com as necessidades e interesses sociais dos círculos humanos a que ela serve. Dizia que o aspecto central do processo de democratização do ensino está na distribuição equitativa das oportunidades

educacionais. Daí a necessidade de abolir barreiras extra-educacionais que restringem o uso do direito à educação. Para ele a educação é o problema mais grave do Brasil, e a solução é a manutenção de uma escola pública e gratuita que permita o acesso dos pobres e miseráveis, condenados ao analfabetismo.

O IDEB 2013 indicou melhora no ensino fundamental do Brasil, mostrando que o país ultrapassou as metas previstas para os anos iniciais (1º ao 5º ano) do ensino fundamental em 0,3 pontos. O IDEB nacional nessa etapa ficou em 5,2, enquanto em 2011 havia sido de 5,0. (IDEB, 2015).

Os anos iniciais do ensino fundamental são oferecidos prioritariamente pelas redes municipais de ensino, que respondem por 81,6% das matrículas da rede pública nessa etapa, em todo o Brasil. (IDEB, 2015).

Pensamos a Educação como possibilidade para que haja igualdade de condições, entre os sujeitos, nos conhecimentos científicos adquiridos na escola.

A equidade do tratamento das diferenças e principalmente do entendimento da pobreza na escola podem levar as crianças pobres a conquistarem capacidades, necessárias para o enfrentamento da desigualdade social.

3 O CASO DE LONDRINA

Londrina, com uma população estimada de 511.279 habitantes (IBGE/2011) é a segunda cidade mais populosa do Paraná e a quarta maior cidade da região Sul do Brasil. A desigualdade social é menor que muitas cidades do Brasil, mas ainda assim é preocupante. Teve, em 1991, o índice Geni de 0,5686; em 2000 de 0,5752 e no ano de 2010 de 0,5226.

Em Londrina o Programa Bolsa Família é considerado pela Secretaria de Assistência Social como mecanismo inovador no âmbito da gestão da Política de Assistência Social no município, porque ele se configura numa estratégia de alargamento do direito.

O público alvo dos Programas de Transferência de Renda Municipal de Londrina, segundo a Secretaria de Assistência Social, são pessoas ou famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social e/ou em situação de risco social conforme a Lei Municipal Nº. 10.323 de 09 de outubro de 2007.

Assim, são consideradas em situação de vulnerabilidade as famílias ou pessoas que se encontram em situação de fragilidade pessoal e social por decorrência da impossibilidade de geração de renda e por mudanças de vida natural ou social, expostas às situações de violação de seus direitos.

A quantidade de famílias que fazem parte do Cadastro Único atualmente em Londrina é considerada alta: 40.378, ou 117.097 pessoas. São beneficiárias do Programa Bolsa Família 14.017 famílias londrinenses.

Verificar que a desigualdade social é um problema existente, que gera uma situação preocupante de desrespeito até mesmo humano pode ser o primeiro passo para analisar as necessidades urgentes de enfrentar os desafios da desigualdade social.

A Rede Municipal de Ensino de Londrina possui 117 unidades escolares distribuídas em 73 unidades escolares na Zona Urbana distribuídas nas regiões: leste, oeste, norte, sul e central, 11 unidades na Zona Rural e 33 CMEIs - Centros Municipais de Educação Infantil, além de contar com 35 Escolas com atendimento de EJA (Educação de Jovens e Adultos), 21 Escolas com Ampliação de Jornada e 08 - Entidades Filantrópicas – Educação Especial.

4 A ESCOLA JOSÉ GARCIA VILLAR

A Escola Municipal “José Garcia Villar” – Educação Infantil e Ensino Fundamental faz parte da rede Municipal de Educação de Londrina/PR, situa-se na região leste da cidade de Londrina, à rua Pitangueiras, 209, no bairro Jardim Panorama, CEP 86035100, telefone 33750140 – 33369309 - Fax 33370787 - E-mail: garcia.villar@londrina.pr.gov.br . CGC/MF 75.771.477.0001-70.

A escola municipal José Garcia Villar possui, neste ano letivo de 2016, 548 alunos de P5 até o 5º ano do ensino fundamental, matriculados e frequentando a escola no ensino regular.

A maioria dos alunos vai a pé para a escola já que suas famílias moram perto, pois a Secretaria Municipal de Educação utiliza o Georreferenciamento para fazer matrículas nas escolas municipais de Londrina e a comunidade local utiliza os serviços de dois postos de saúde e são acompanhadas pelo CRAS Leste que fazem parte de um sistema integrado com a Educação, chamado de REDE.

Atualmente a instituição funciona em três turnos: matutino, vespertino e noturno e oferta o Ensino Infantil, o Ensino Fundamental de 1º ano ao 5º ano e o Ensino de Jovens e Adultos. A escola JGV é organizada por 4 bimestres durante o ano letivo no Ensino Infantil e no Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano. Nessa última modalidade oferece a Sala de Recurso e Sala de Reforço, em horários de contra turno.

O Gini2 mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima.

A escola José Garcia Villar está inserida no espaço urbano da região leste da cidade de Londrina, com uma população de 94407. A porcentagem de domicílios em condições de extrema pobreza nessa região é de 0.96, menor que 1.02, sendo a maioria dos moradores empregados e inquilinos (IBGE, 2010).

O Programa social Bolsa Família beneficia muitas famílias da região, o que propicia a garantia do direito ao acesso e a permanência das crianças na escola pública municipal J.G.V. e também seus avanços e suas possibilidades, com o objetivo de evitar a reprodução da pobreza.

Na escola José Garcia Vilar, neste ano letivo de 2016, frequentam 172 crianças beneficiárias do Programa Bolsa Família, o que corresponde a 31% dos 568 alunos matriculados na Escola José Garcia Villar.

Esse dado nos leva a perceber que a população que utiliza a escola, em grande parte, é carente em vários aspectos, inclusive de serviços sociais. Também nos indica ainda que 31% dos estudantes, por serem beneficiários do Programa Bolsa Família, vivem abaixo da linha da pobreza e os demais, em grande parte, na linha da pobreza.

Mesmo com melhora na assiduidade, o benefício do Bolsa Família ainda não é motivo para a melhora no aprendizado das crianças, conforme a percepção das professoras da escola José Garcia Villar, contatada na pesquisa realizada através de questionário, que mostraremos a seguir.

5 A APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Para responder qual a percepção das professoras da Escola José Garcia Villar sobre a existência de melhoria de aprendizado dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família da escola, foi necessário observar suas falas, impressões e avaliações sobre o assunto.

O método de pesquisa qualitativa utilizado para o estudo desse caso, baseado na aplicação de um questionário pré-elaborado, procurou avaliar o entendimento dos professores sobre o possível melhoramento, a evolução e resultado do processo de ensino e aprendizagem dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família que frequentam a Escola, na percepção das professoras de sala de aula.

Depois de ter recebido permissão da SME/Londrina, feito contato com as professoras da escola José Garcia Villar, apresentada a proposta de pesquisa e seu objetivo, ficou esclarecida que a proposta referia-se ao estudo e composição de um Artigo Acadêmico, condição para a conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social/UFPR, podendo, portanto, contribuir com as discussões sobre o tema.

Lecionam nas 23 turmas do ensino fundamental regular da escola José Garcia Villar, 23 professoras. Elas foram escolhidas como sujeitos da pesquisa, para responderem ao questionário pré-elaborado, por serem as responsáveis pelo acompanhamento cotidiano do processo de aprendizagem, da avaliação, do desempenho e do aproveitamento nos estudos dos alunos e alunas beneficiários do Programa Bolsa Família, bem como no cumprimento da condicionalidade de 85% de presença obrigatória.

O questionário foi elaborado para ser aplicado individualmente para cada professora responsável por uma turma da Escola José Garcia Villar e foi composto com questões que davam margem para respostas dissertativas, com o objetivo de saber qual é a percepção das professoras sobre a melhoria do aprendizado de seus alunos por conta do Bolsa Família.

Recebemos os 23 questionários entregues para as 23 professoras das turmas da escola, obtendo, portanto, 100% dos questionários respondidos.

Devemos, no entanto, deixar claro que na Escola ainda trabalham também com esses alunos, outras 18 professoras e mais 02 professores, exercendo função do magistério no Projeto de Ciências, Ambiente e Investigação, no Projeto Jovem

Empreendedor, no Projeto Palavras Andantes, no Projeto de Informática, Projeto de Matemática e seus problemas, no Projeto de Inglês, na Educação Física, na Sala de Recurso, na Sala de Informática, na Sala de Apoio, na Sala de Recursos, na Supervisão, na Direção Geral e Direção Auxiliar.

6 O QUE OS QUESTIONÁRIOS NOS DIZEM

Pensamos que saber qual é a percepção das professoras que acompanham cotidianamente o aprendizado dos alunos da Escola José Garcia Villar sobre a possível existência ou não de melhoria do aprendizado dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família pode ser o início de uma discussão sobre o Bolsa Família e suas contribuições para melhorar o aprendizado dos alunos.

No meu entendimento aprendizado é um processo de apreensão de novo conhecimento, construído e reconstruído continuamente, que demanda a ressignificação do sujeito diante da sua realidade.

Demo (2000) coloca que a educação vista sobre o prisma da aprendizagem, representa a vez da voz, o resgate da vez e a oportunidade do indivíduo de ser levado em consideração.

Segundo Demo (2000) a escola deve formar o sujeito capaz de ter história própria e não história copiada, na sombra dos outros, parasitária.

Numa escola a aprendizagem deve se diferenciar por ser de caráter sistemático, intencional e organizacional e por seu propósito de prover capacidades que permitam ao educando ser sujeito participante da sociedade.

Análises de informações coletadas, com dados quantitativos em porcentagens e qualitativos em observações descritivas nos mostraram as seguintes traduções.

Das 23 professoras entrevistadas, 12 professoras possuem mais que 20 anos de exercício no magistério, 04 professoras possuem mais que 10 anos de exercício no magistério, 07 professoras possuem menos que 10 anos de exercício no magistério e 95.65% das professoras possuem formação acadêmica em Pedagogia, com Especialização na área da Educação.

As respostas pessoais nos permitem afirmar que 07 professoras da escola JGV definem o Programa Bolsa Família como Programa de Governo de transferência direta de renda, que beneficia famílias em situação de pobreza e de

extrema pobreza; 11 definem como Auxílio financeiro para famílias carentes que possuam filho em idade escolar; 03 definem como Benefício pago pelo governo para auxiliar as famílias de baixa renda; 02 das Professoras disseram que sabem o que é, mas não deram suas definições.

Analisando os alunos beneficiários do Bolsa Família em relação aos alunos restantes da turma, quanto a assiduidade: 17 professoras responderam que seus alunos beneficiários são mais assíduos, evitando perder o benefício, 04 professoras responderam que não percebem diferença de assiduidade entre alunos beneficiários e os alunos que não recebem o benefício e 02 das professoras responderam que seus alunos beneficiários, às vezes, faltam mais que os alunos que não possuem o benefício.

Quanto ao interesse pelos estudos: 05 professoras responderam que os seus alunos beneficiários são mais interessados pelos estudos que os demais da turma; 15 responderam que os seus alunos beneficiários são menos interessados pelos estudos do que os demais da turma; 03 professoras responderam que não existe diferença de interesse pelos estudos entre os alunos beneficiários do Bolsa Família e os não beneficiários.

Com relação ao acompanhamento dos estudos pelos pais e ou responsáveis, 03 professoras responderam que sim, que existe um acompanhamento maior dos estudos pelos responsáveis pelos alunos beneficiários; 16 responderam que não existe um maior acompanhamento dos estudos pelos pais e ou responsáveis dos alunos beneficiários e 04 das professoras responderam que não existe diferença de interesse no acompanhamento dos estudos entre os pais e ou responsáveis dos alunos beneficiários e os que não o são.

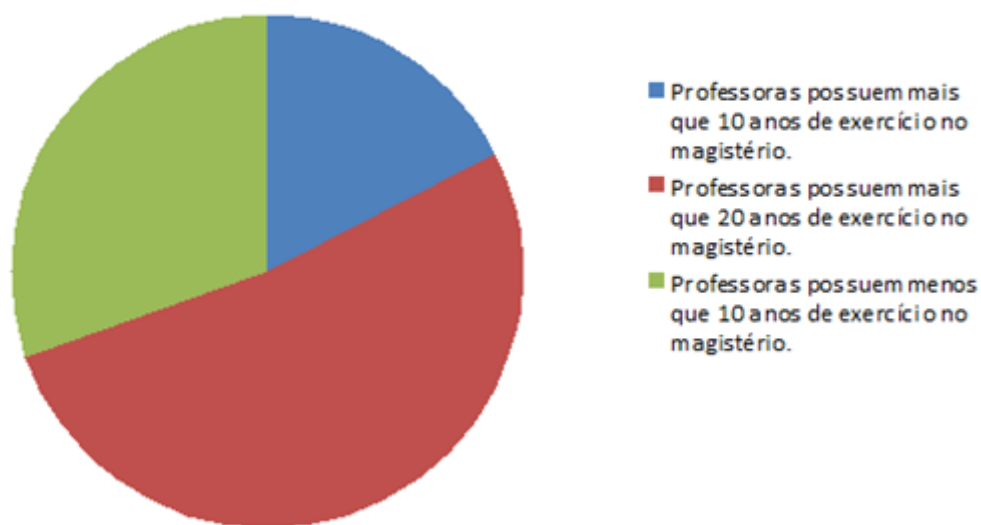
Quando questionados se o Programa Bolsa Família possibilita a melhoria do aprendizado dos seus alunos beneficiários, 11 professoras responderam que sim, por conta da condicionalidade da exigência da frequência escolar, justificam, o aprendizado é melhorado, pois os alunos não perdem conteúdos e aulas, diminuem a evasão escolar, melhoram o poder aquisitivo da família, melhora o poder de compra, propiciando também a compra de material escolar, provoca um maior comprometimento da família com os estudos dos filhos e maior interação com seu cotidiano escolar e 13 das professoras responderam que não, pois mesmo com a diminuição da evasão escolar, mesmo com o aumento da frequência escolar dos

alunos beneficiários o interesse pelos estudos e, conseqüentemente, a melhora do aprendizado é o mesmo.

7 EXPOSIÇÃO DOS GRÁFICOS

GRÁFICO1: Tempo de exercício no magistério das Professoras:

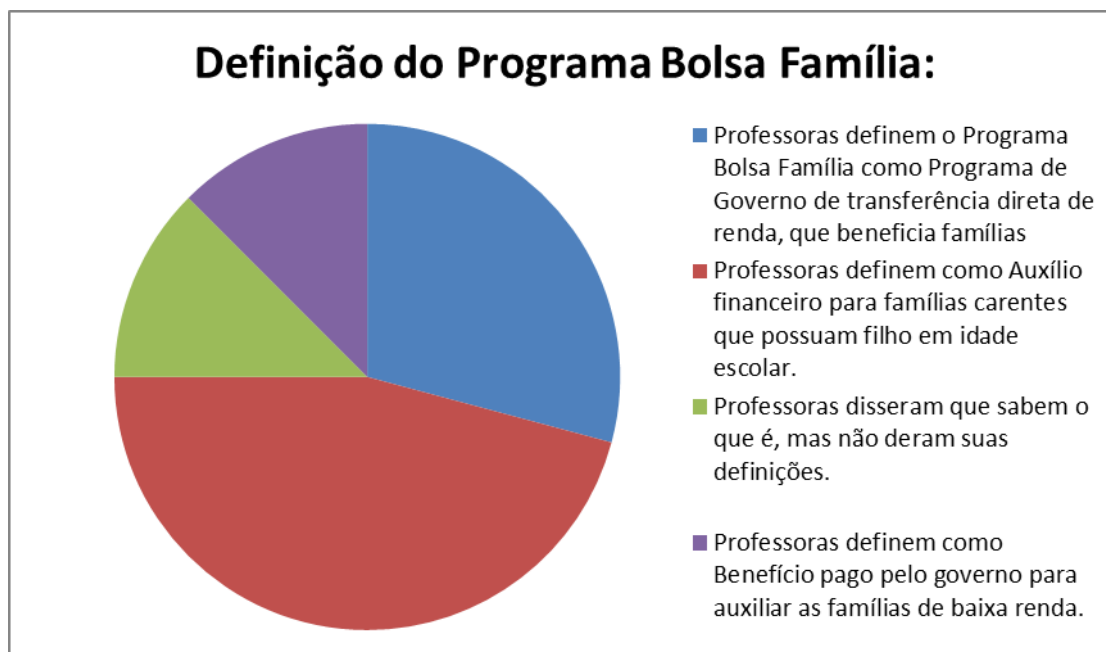
Tempo de exercício no magistério das Professoras:



Fonte: elaborado pela autora (2016).

Conforme observamos no Gráfico 1, a maioria das professoras da Escola J.G.V. já possui uma trajetória longa de exercício no magistério e vivenciou os dois momentos dos alunos da Escola: com e sem o benefício do Bolsa Família. Quase totalidade das professoras (95.65%) possui formação acadêmica em Pedagogia, com Especialização na área da Educação, o que nos dá um conjunto de profissionais que julgamos possuir experiência e conhecimento sobre a trajetória da educação.

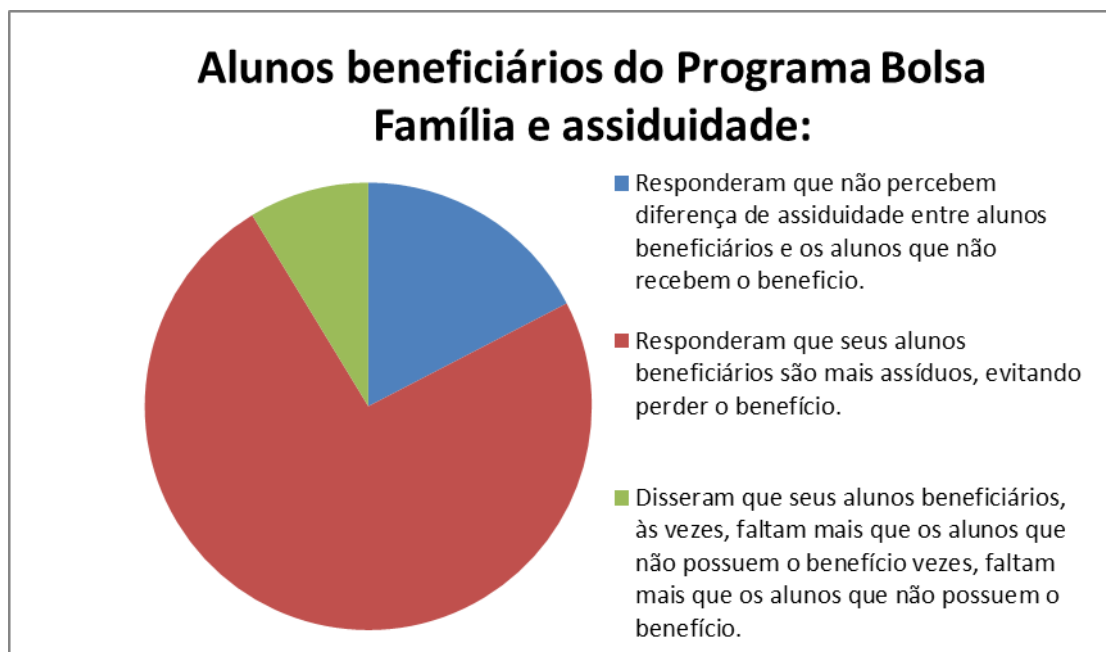
GRÁFICO2: Definição do Programa Bolsa Família pelos professores:



Fonte: elaborado pela autora (2016).

A maioria das Professoras, conforme o Gráfico 2, define o Programa Bolsa Família como Programa de Governo de transferência direta de renda, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. As definições são de reflexões com pouca profundidade sobre o conceito e a importância do Programa, confessaram as professoras pesquisadas.

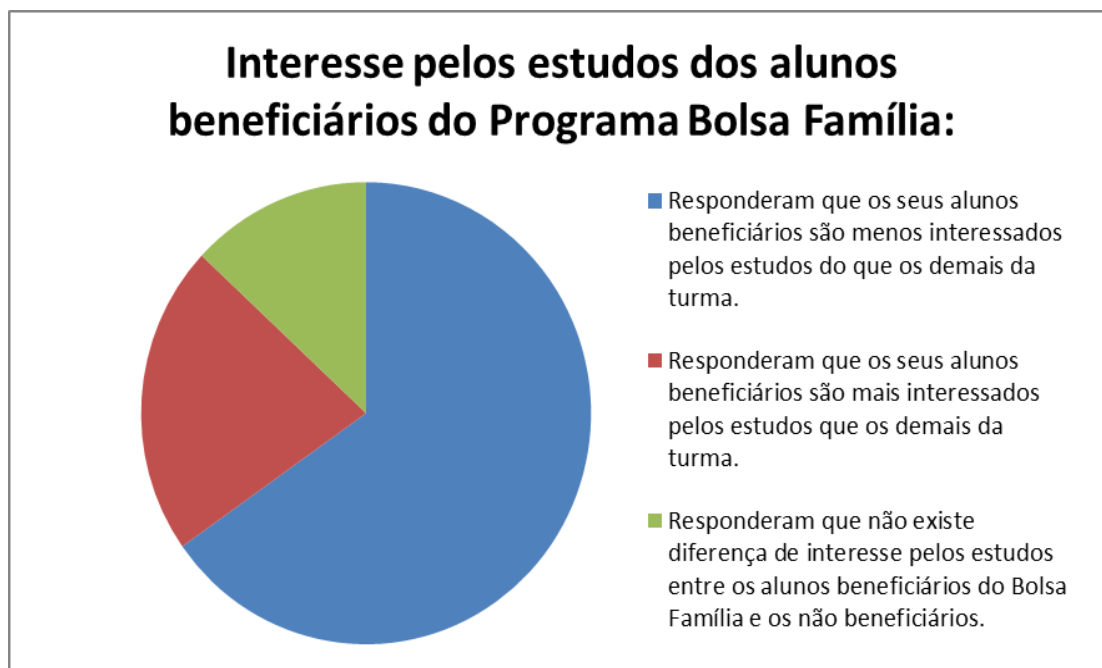
GRÁFICO3: Percepção das professoras do J.G.V. sobre alunos beneficiários do Programa Bolsa Família e assiduidade:



Fonte: elaborado pela autora (2016)

No Gráfico 3, grande parte das professoras respondeu que seus alunos beneficiários são mais assíduos, evitando perder o benefício. Demonstra que percebem a mudança da sistemática em que antes o aluno não vinha para a escola e com o benefício ele vem. Já existe uma mudança na estrutura do funcionamento da unidade escolar.

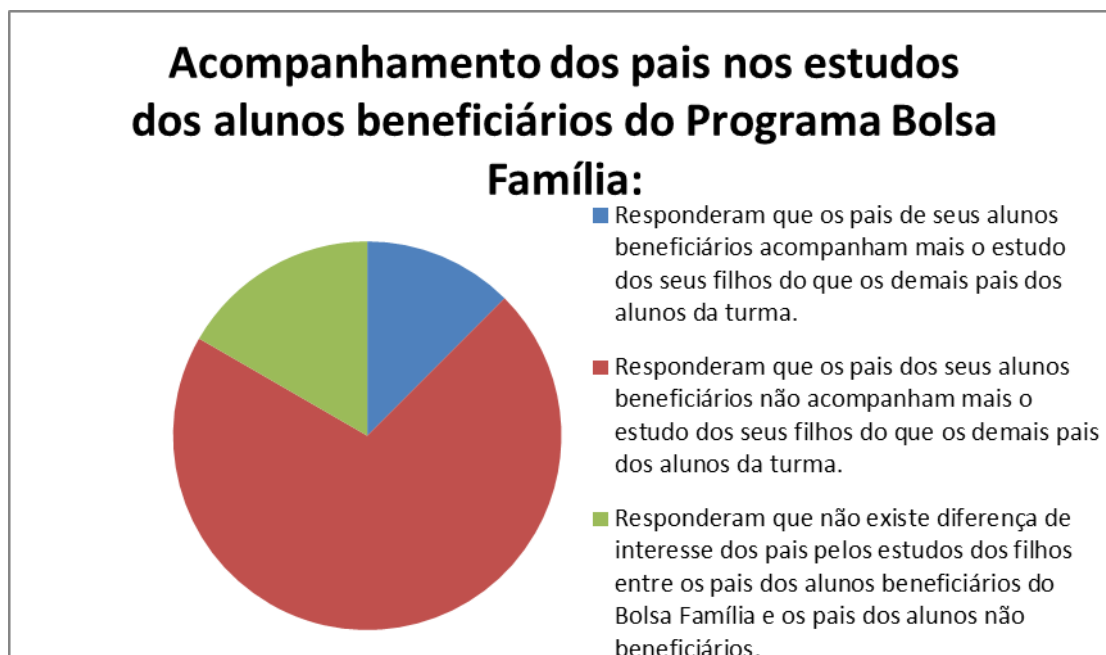
GRÁFICO4: Percepção das professoras do J.G.V. sobre o interesse pelos estudos dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família:



Fonte: elaborado pela autora (2016)

Para a maioria das professoras (Gráfico 4), o contexto quantitativo foi resolvido (os alunos vêm), mas em termos de qualidade, interesse dos alunos, não houve mudança.

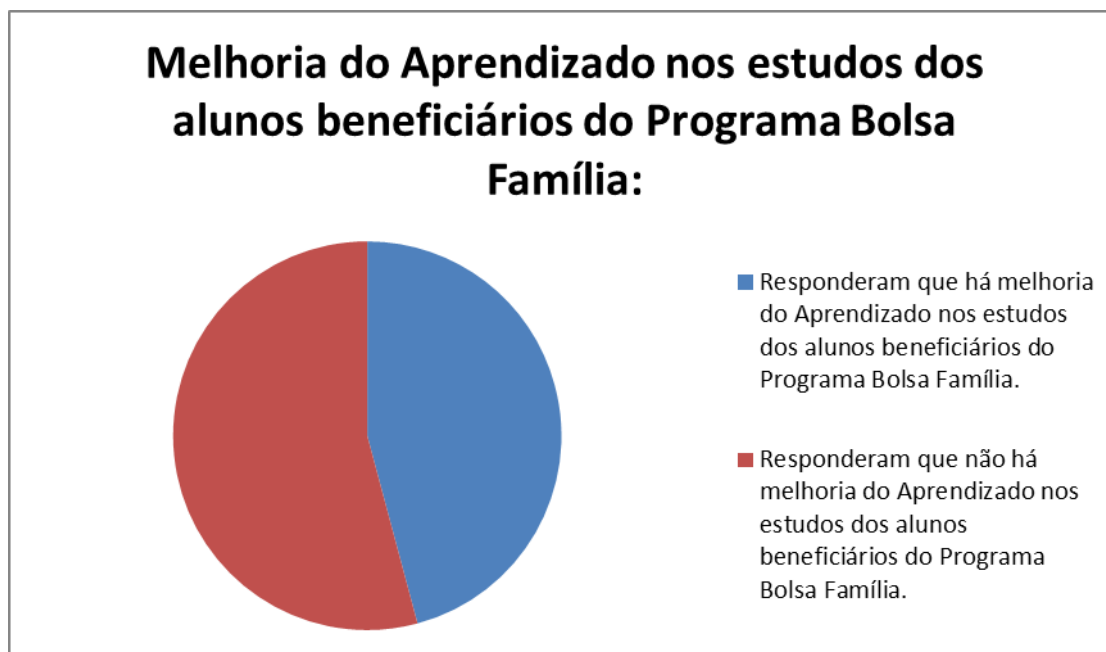
GRÁFICO5: Percepção das professoras do J.G.V. sobre acompanhamento dos pais nos estudos dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família:



Fonte: elaborado pela autora (2016).

A maioria das professoras, como indica o Gráfico 5, respondeu que os pais dos seus alunos beneficiários não acompanham mais o estudo dos seus filhos do que os demais pais dos alunos da turma. Colocam que os pais dos alunos beneficiários apenas procuram a escola para não perderem o benefício.

GRÁFICO6: Percepção das professoras do J.G.V. sobre a melhoria do Aprendizado nos estudos dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família:



Fonte: elaborado pela autora (2016).

No Gráfico 6 existe uma divisão de percepções: muitas professoras responderam que não há e muitas responderam que há melhoria do Aprendizado nos estudos dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família. Podemos perceber certa incoerência, pois se melhora a frequência, deveria melhorar o aprendizado.

8 SUGESTÕES DAS PROFESSORAS DA ESCOLA JOSÉ GARCIA VILLAR

Foram apontadas pelos professores, como medidas necessárias para melhorar o aprendizado dos alunos beneficiários, além do benefício do Programa Bolsa Família, muitas outras atitudes dos diversos sujeitos que envolvem o Sistema de Ensino.

Assim as professoras da Escola Municipal José Garcia Villar relataram que para haver melhora no aprendizado dos alunos, além de conceder o necessário benefício do Bolsa Família, é preciso que direção, professores e equipe pedagógica estejam sempre bem informados e se aperfeiçoando, tenham uma formação continuada, sejam responsáveis pelo aprendizado e forme cidadãos com voz e vez, realizem atendimento individualizado e atenção diferenciada, conscientizem seus alunos da importância dos estudos, cobrem mais apoio, participação e acompanhamento nos estudos pelos responsáveis pelos alunos, tratem com

equidade todos os alunos, valorizem a aprendizagem, fiscalizem e denuncie faltas reais, maus tratos e qualquer outro caso que atrapalhe o aprendizado do aluno, provoquem constantemente a integração da família com a escola, promovam palestras e abram os espaços físicos da escola para pais e comunidade e criem uma consciência de que a educação formal é prioritária, um direito e necessária para o progresso e desenvolvimento social, cultural e financeiro de cada indivíduo.

Ainda, segundo as professoras, para melhorar o aprendizado dos alunos seria necessário que a Secretaria Municipal de Educação continue dando apoio à direção, equipe pedagógica e professores nas propostas, planejamentos, execuções e encaminhamentos nas aulas, atividades, projetos, dinâmicas e demais ações pedagógicas e administrativas da escola, continue promovendo cursos de aperfeiçoamento para os profissionais da educação, permitir ao professor se aperfeiçoar no horário de seu trabalho, garanta a hora atividade dos professores de forma efetiva, equipar e manter a escola com material humano e pedagógico de qualidade, facilitar o atendimento para alunos especiais, intervir na discussão e propor que deva haver também condicionalidades no Programa Bolsa Família que exija a demonstração de interesse pelos estudos e o acompanhamento dos responsáveis pela aprendizagem da criança, além da frequência escolar, que deve ser mantida, fiscalizar a frequência e o aproveitamento nos estudos dos alunos beneficiários e criar um mecanismo de valorização e premiação para os alunos que melhoram o aprendizado e ou mantêm um aprendizado de sucesso.

Também, para as mesmas professoras, a União deveria exigir mais participação da família e compromisso com o aprendizado dos alunos beneficiários, além da frequência escolar, segundo as professoras da escola José Garcia Villar. Agir com seriedade e comprometimento com o dinheiro público, diminuir os impostos para gerar empregos e minimizar a pobreza, fiscalizar com mais rigor os beneficiários, exigir que o dinheiro seja gasto também com educação, limitar o tempo do benefício para ele não se torne permanente, fornecer e exigir frequência e aprendizado em cursos técnicos e ou profissionalizantes para as famílias beneficiárias como critério de continuidade do benefício seriam medidas da União que, para essas professoras, ajudariam a melhorar o aprendizado dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família.

As professoras também colocaram que o Programa deveria estabelecer outros critérios, além da presença, como condicionante para os alunos beneficiários, para que houvesse uma real melhoria de aprendizado, como por exemplo, um termo de compromisso da família com o acompanhamento dos estudos do aluno beneficiário, com exigência de nota mínima; que os alunos beneficiários e ou não deveriam receber incentivo para que melhorassem seu aprendizado, como por exemplo, ter período de férias maiores; que as famílias beneficiárias deveriam ser mais fiscalizadas e serem mais acompanhadas para perderem o vício do recebimento do Bolsa família.

9CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecer a realidade que envolve a Educação, a pobreza e as desigualdades sociais é de extrema importância para que os envolvidos no processo de aprendizagem tomem iniciativas pedagógicas de enfrentamento.

Foram analisados 23 questionários, respondidos pelas 23 professoras das 23 turmas regulares da Escola José Garcia Villar, sendo 04 turmas do P5D, 04 do 1º ano, 04 do 2º ano, 04 do 3º ano, 04 do 4º ano e 03 do 5º ano. Optamos por analisar esse público alvo, por estar em contato direto e diário com os alunos, por serem compostas pelas professoras mediadoras, acompanhadoras e avaliadoras do aprendizado cotidiano dos alunos da escola.

Concluimos que na percepção da maioria das professoras de salas de aula da Escola José Garcia Villar, o Programa Bolsa Família, ao vincular o recebimento do benefício à frequência escolar monitorada, tem proporcionado resultados positivos na escolarização, pois exige frequência escolar de 85% e na interação com a escola de famílias participantes do programa, que procuram a escola para justificar a falta dos alunos e ou dificuldades para trazê-los na escola, mas que, no entanto, por si só o Programa não está conseguindo melhorar o aprendizado dos alunos.

Percebemos que os professores gostariam que houvesse outras exigências de condicionalidades, para que os alunos beneficiários do Programa Bolsa Família se interessassem mais pelos estudos e melhorassem o aprendizado.

Esperamos ter contribuído para novas possibilidades, para a realização de novas pesquisas, aspectos e questões, que ficaram em aberto, que merecem ser discutidas em outros trabalhos científicos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Lidiane Rocha. Bolsa Família: uma política pública de acesso aos direitos sociais. **Âmbito Jurídico**. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10740>. Acesso em 24.09.2016.

ARROYO, Miguel; BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** 6ª.ed., São Paulo: Cortez, 1996.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

BRANDÃO, André; PEREIRA, Rita de Cássia; DALT, Salete de. Programa Bolsa Família: percepções no cotidiano da escola. **Revista de Ciências Sociais**, n. 38, Abril de 2013, pp. 215-232. Disponível em <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/viewFile/14312/9388>>. Acesso em 03.08.2016.

BRASIL. **Programa de Acesso Nacional à Alimentação**. Disponível em: <<<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10993432/lei-n-10689-de-13-de-junho-de2003>>>. Acesso em: 08.10.2016.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Desenvolvimento Social e Combate à Fome no Brasil: Balanço e Desafios**. Brasília, 2010. Disponível em: <<https://issuu.com/sagi_mds/docs/livro_geral>>. Acesso em: 08.10.2016.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Guia para Acompanhamento das Condicionalidades do Programa Bolsa Família**. 2010.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

CAMARGO, Orson. O que é cidadania? **Brasil Escola**. 2012. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/sociologia/cidadania-ou-estadania.htm>>. Acesso em: 15.08.2016.

CONHEÇA ALGUMAS DAS BOLSAS MAIS FALADAS DOS ÚLTIMOS TEMPOS.

Assistencialismo e Contrapartidas. Disponível em:

<<http://assistencialismocontrapartidas.blogspot.com.br/>>. Acesso em 17.09.2016.

DEMO, Pedro. **Avaliação sob o olhar propedêutico**, 4a ed., Campinas, SP: Papirus, 2002.

DEMO, Pedro. **Política social do conhecimento**, Petrópolis: Vozes, 2000. 18.

FREIRE, Paulo; FREIRE, Ana Maria Araújo (org.). **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, abr. 2003.

GALVÃO, Roberto Carlos Simões. Educação, cidadania e participação política: análise crítica da vinculação histórica entre educação e cidadania no Brasil. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 23., 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

HELENE, Otaviano. Educação e desigualdade. **Brasil de Fato**. São Paulo, ago.2011. Disponível em: <<http://antigo.brasildefato.com.br/node/7045>>. Acesso em: 17.08.2016.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10.08.2016.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 10.08.2016.

IDEB. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam?cid=1985101>>. Acesso em 14.09.2016.

INVERTIA, Brasil tem a 2ª maior desigualdade social do mundo. **Bonde**. Jun. 2005. Disponível em: <http://www.bonde.com.br/?id_bonde=1-3--6-20050601>. Acesso em: 30.07.2016.

IPEA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 19.10.2016.

LONDRINA. Prefeitura Municipal. **Perfil das famílias do Programa Bolsa Escola Municipal**. Londrina: Prefeitura Municipal, 2001.

_____. **Pesquisa do Programa Renda Mínima: Bolsa Escola**. 2004.

_____. **Programa Bolsa Escola**. Londrina: Prefeitura Municipal 2001b.

_____. Câmara Municipal de Londrina. **Lei nº 10323 de 09 de outubro de 2007**.

Londrina. Disponível em: <<http://camara-municipal-dalondrina.jusbrasil.com.br/legislacao/854389/lei-10323-07>>. Acesso em 29.08.2016

MARSHALL, T. H. "Cidadania e Classe Social", p. 57-87. **Cidadania, Classe Social e "Status"**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MORETTI, Sergio Amaral. A escola e o desafio da modernidade. **Revista ESPM**. São Paulo: Referência, v. 6, jan./fev. 1999.

PNAD/IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000010135709212012572220530659.pdf>>. Acesso em: 14.08.2016.

REBOUL, Olivier. **Filosofia da educação**, 5a.ed., São Paulo: Nacional, 1984.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Editora Unesp, 2013. Disponível em: <<http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/modulos/mod-1/conclusao.html>>. Acesso em 03.06.2016.

RIBEIRO, Priscilla Bonini. A educação e as desigualdades sociais. **Campo Grande News**. Campo Grande, 19.08.2014. Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/artigos/a-educacao-e-as-desigualdadessociais>>. Acesso em: 15.09.2016.

ROSA, Samuel, AMARAL, Chico. Intérprete: Samuel Rosa. In: **SKANK**. Ouro Preto. [S.l.]: Sony Music, p.2001. 1CD. Faixa 2.

SALAMA, Pierre; DESTREMAU, Blandine. **O tamanho da pobreza: economia política da distribuição de renda**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

SILVEIRA, Anelise Aguilera; SIQUEIRA, Maria Sibilla Dieckmann. O Programa Bolsa Família contextualizado em uma realidade escolar no município de Pelotas/RS. Revista Eletrônica Academicus, v.2, n.2, 2014. UFPEL, Pelotas. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Academicus/article/view/2554/3622>> . Acesso em 14.07.2016.

SANTOS, Adriana Aparecida dos. **Avaliação do programa de transferência de renda de Londrina: um olhar para além da renda**. Universidade Estadual de Londrina. s/d. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/cv8n2_adriana.htm>. Acesso em: 17.07.2016.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Filosofia da Educação**. São Paulo: FTD, 1994, p.98101.

SILVA, Anderson P.; BRANDÃO, André; DA DALT, Salete. Educação e pobreza: o impacto das Condicionais do programa bolsa família. **Revista contemporânea de educação**, FE-UFRJ, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, ago./dez.2009. Disponível em: <<http://www.revistacontemporanea.fe.ufrj.br/index.php/contemporanea/article/view/89/81>>. Acesso em: 26.07.2013.

SIMMEL, Georg. **Filosofia del dinero**. Madrid: Alianza editorial, 1977.

STECCHI, Tatiana de Oliveira. **O programa bolsa família e suas condicionais: entre o direito e o dever**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social). Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2015. Disponível em: <http://www.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_assistencia/pdf/dissertacao_UEL%20Tatiana.pdf>. Acesso em: 10.08.2106.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa Família: Avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.